

# SUMÁRIO

<b>Abreviaturas.....</b>	<b>25</b>
<b>Capítulo1. Teoria Geral do Direito do Trabalho .....</b>	<b>27</b>
1. DIREITO DO TRABALHO.....	27
1.1. Conceito .....	27
1.2. Características .....	28
1.3. Formação Histórica .....	28
1.4. Funções do Direito do Trabalho .....	30
1.5. Flexibilização e Desregulamentação Trabalhista .....	31
1.5.1. Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017).....	32
1.5.2. Aplicabilidade das normas trazidas pela Reforma Trabalhista .....	34
2. Fontes do Direito.....	38
2.1. Conceito e classificação .....	38
2.2. Fontes formais.....	39
2.3. Figuras especiais .....	42
2.4. Hierarquia das fontes .....	46
2.5. Conflito de normas .....	47
2.6. Eficácia da Lei Trabalhista .....	49
2.7. Formas de integração (fontes normativas subsidiárias ou supletivas).....	50
3. PRINCÍPIOS .....	52
3.1. Princípios específicos do Direito do Trabalho.....	54
4. DIREITOS CONSTITUCIONAIS DOS TRABALHADORES .....	57
4.1. Modalidades de direitos constitucionais dos trabalhadores... 4.1.1. Relação de emprego protegida contra despedida ar- bitrária ou sem justa causa, nos termos de lei com- plementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos .....	58
4.1.2. Seguro-desemprego, em caso de desemprego invo- luntário .....	59
4.1.3. Fundo de garantia do tempo de serviço (FGTS) .....	59
4.1.4. Salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unifi- cado, capaz de atender as suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimenta-	

ção, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim .....	59
4.1.5. Piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho .....	59
4.1.6. Irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo .....	60
4.1.7. Garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável .....	60
4.1.8. Décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria .....	60
4.1.9. Remuneração do trabalho noturno superior à do diurno .....	60
4.1.10. Proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa .....	60
4.1.11. Participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei .....	61
4.1.12. Salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da lei ....	61
4.1.13. Duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho .....	61
4.1.14. Jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva .....	61
4.1.15. Repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos .....	62
4.1.16. Remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em 50% à do normal .....	62
4.1.17. Gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal .....	62
4.1.18. Licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias .....	62
4.1.19. Licença-paternidade, nos termos fixados em lei .....	63

4.1.20. Proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei . .....	63	
4.1.21. Aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias, nos termos da lei.. .....	63	
4.1.22. Redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança .....	63	
4.1.23. Adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei..... .....	64	
4.1.24. Aposentadoria .....		64
4.1.25. Assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas .....	64	
4.1.26. Reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho .....	64	
4.1.27. Proteção em face da automação, na forma da lei.....		64
4.1.28. Seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa ... .....	64	
4.1.29. Ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho.....	65	
4.1.30. Proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil.....	65	
4.1.31. Proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência .....	65	
4.1.32. Proibição de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos .....	65	
4.1.33. Proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.....	66	
4.1.34. Igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso.....	66	

4.1.35. Direitos coletivos.....	66
4.2. Trabalhadores domésticos – Direitos assegurados .....	66
5. Renúncia e transação no Direito do Trabalho .....	67
5.1. Renúncia .....	67
5.2. Transação .....	69
5.2.1. Modalidades de transação.....	69
6. COMISSÕES DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA.....	71
7. Arbitragem.....	72
7.1. Introdução.....	72
7.2. Modalidades de arbitragem.....	73
7.3. Cabimento .....	73
8. PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA .....	75
8.1. Prescrição.....	75
8.2. Decadência.....	76
8.3. Prescrição trabalhista .....	76
8.3.1. Prescrição aplicável ao FGTS.....	77
8.3.2. Prescrição em ações envolvendo danos materiais e morais por acidente/doença do trabalho.....	78
8.4. Prescrição parcial e total.....	80
8.5. Contagem do prazo prescricional.....	82
8.6. Causas impeditivas, suspensivas e interruptivas da prescri- ção .....	83
8.7. Arguição da prescrição .....	86
8.8. Prescrição intercorrente .....	87
9. TÓPICO-SÍNTESE: TEORIA GERAL DO DIREITO DO TRABALHO.....	88
<b>Capítulo 2. Relação de Trabalho e Relação de Emprego.....</b>	<b>97</b>
1. Distinção .....	97
2. MODALIDADES DE RELAÇÃO DE TRABALHO.....	98
2.1. Trabalho autônomo.....	98
2.1.2. Autônomo exclusivo e contínuo.....	99
2.2. Trabalho eventual.....	101
2.3. Trabalho avulso.....	101
2.4. Trabalho temporário .....	102
2.5. Estágio .....	103
2.6. Trabalho cooperativado .....	105
2.7. Trabalho voluntário .....	105
2.8. Representante Comercial .....	106
2.9. Transportador Autônomo de Carga.....	108

2.10. Relação de emprego .....	110
3. relação de emprego.....	110
3.1. Requisitos da relação de emprego.....	110
3.1.1. Pessoa física.....	111
3.1.2. Pessoaalidade .....	111
3.1.3. Não-eventualidade.....	111
3.1.4. Onerosidade.....	112
3.1.5. Subordinação .....	112
3.1.5.1. Parassubordinação.....	114
3.2. Natureza jurídica da relação de emprego.....	114
4. IDENTIFICAÇÃO E REGISTRO PROFISSIONAL.....	116
5. Tópico-síntese .....	118
<b>Capítulo 3. Empregado e empregador .....</b>	<b>121</b>
1. Conceito .....	121
1.1. Especificidades de algumas modalidades de empregados .....	121
1.1.1. Empregado Doméstico .....	121
1.1.1.1. Definição.....	121
1.1.1.2. Especificidades .....	123
1.1.2. Empregado rural .....	131
1.1.2.1. Definição.....	131
1.1.2.2. Empregador rural.....	133
1.1.2.3. Modalidades de empregado rural.....	134
1.1.2.4. Especificidades .....	135
1.1.2.5. Contratos afins.....	137
1.1.2.6. Contrato misto .....	138
1.1.3. Mãe Social .....	138
1.1.4. Aprendiz .....	139
1.1.5. Altos empregados.....	141
1.1.5.1. Detentores de cargos ou funções de confian- ça.....	141
1.1.5.2. Diretor de sociedade anônima .....	143
1.1.5.3. Sócio Empregado .....	143
1.1.6. Teletrabalho.....	143
1.1.6.1. Conceito .....	143
1.1.6.2. Requisitos.....	145
1.1.6.3. Jornada .....	145
1.1.6.4. Despesas com a prestação de serviços .....	146
1.1.6.5. Segurança e medicina do trabalho .....	147

1.1.6.6. Demais direitos trabalhistas .....	148
1.1.7. Empregado intermitente.....	148
1.1.7.1. Conceito .....	148
1.1.7.2. Histórico legislativo e quadro comparativo entre as disposições da Lei nº13.467/17, da MP 808/17 e da Portaria nº 349/18...	151
1.1.7.3. Formalidades.....	160
1.1.7.4. Convocação.....	161
1.1.7.5. Direitos trabalhistas .....	163
1.1.8. Trabalhador hipersuficiente .....	166
1.1.8.1. Conceito .....	166
1.1.8.2. Diferenças com os demais trabalhadores ...	168
2. Tópico-síntese .....	170
<b>Capítulo4. Empregador.....</b>	<b>173</b>
1. CONCEITO E CARACTERÍSTICAS.....	173
2. PODERES DO EMPREGADOR NA RELAÇÃO DE EMPREGO .....	174
2.1. Poder empregatício .....	174
2.2. Limites do poder empregatício .....	174
3. GRUPO ECONÔMICO.....	175
3.1. Conceito .....	175
3.2. Requisitos .....	175
3.3. Efeitos .....	177
3.4. Prova.....	178
4. SUCESSÃO DE EMPREGADORES .....	179
4.1. Conceito.....	179
4.2. Requisitos.....	179
4.3. Efeitos .....	179
4.4. Hipóteses especiais de sucessão trabalhista.....	181
5. CONSÓRCIO DE EMPREGADORES.....	183
6. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA E SUBSIDIÁRIA.....	184
7. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA.....	184
8. Sócio retirante.....	187
9. TERCEIRIZAÇÃO.....	187
9.1. Conceito.....	187
9.2. Histórico legislativo .....	188
9.3. Análise de alguns casos .....	190
9.3.1. Empreitada e subempreitada .....	190

9.3.2. Dono da obra .....	191
9.3.3. Trabalho temporário.....	191
9.3.4. Serviços de Vigilância .....	195
9.3.5. Terceirização na Administração Pública .....	195
9.3.6. Terceirização geral.....	198
9.3.7. Análise da Súmula 331 do TST .....	202
10. TÓPICO-SÍNTESE .....	206
<b>Capítulo5. CONTRATO DE TRABALHO .....</b>	<b>209</b>
1. Conceito .....	209
2. CARACTERÍSTICAS.....	210
3. ELEMENTOS ESSENCIAIS .....	210
3.1. Capacidade das partes .....	210
3.2. Objeto lícito.....	212
3.3. Forma prescrita ou não defesa em lei .....	213
4. CLASSIFICAÇÃO .....	214
5. CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO.....	214
6. ALTERAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO .....	217
6.1. Requisitos para a alteração válida do contrato de trabalho ...	217
6.2. <b>Jus variandi</b> .....	<b>218</b>
6.3. Modalidades de <b>jus variandi</b> .....	<b>218</b>
6.4. Modalidades de alteração contratual .....	219
7. SUSPENSÃO E INTERRUÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO .....	221
7.1. Caracterização e distinção.....	221
7.2. Efeitos .....	223
7.3. Aplicação nos contratos por prazo determinado .....	224
7.4. Retorno do empregado.....	225
7.5. Faltas justificadas.....	225
8. EFEITOS DO CONTRATO DE TRABALHO.....	226
8.1. INTRODUÇÃO.....	226
8.2. eFEITOS CONTRATUAIS PRÓPRIOS .....	227
8.3. eFEITOS CONEXOS: Direitos intelectuais e invenções dos empregados .....	227
8.4. EFEITOS CONEXOS: INDENIZAÇÕES POR DANOS MORAIS E MATERIAIS SOFRIDOS PELOS EMPREGADOS.....	228
8.4.1. Introdução .....	228
8.4.2. Dano extrapatrimonial.....	228
8.4.2.1. Conceito .....	228
8.4.2.2. Normas aplicáveis.....	229

8.4.2.3. Requisitos.....	231
8.4.2.4. Sujeitos .....	232
8.4.2.5. Critérios para fixação .....	233
8.4.2.6. Parâmetros para arbitramento do valor .....	233
8.4.2.7. Atualização monetária, juros moratórios e imposto de renda.....	235
8.4.2.8. Possibilidade de cumulação com dano material .....	235
8.4.3. Assédio Sexual .....	236
8.4.4. Assédio Moral .....	236
8.4.5. Dano à Imagem.....	238
8.4.6. Revista Íntima.....	239
8.4.7. Lesões acidentárias: dano material, dano moral, dano estético .....	240
8.4.8. Dano moral coletivo.....	241
9. TÓPICO-SÍNTESE .....	241
EFEITOS DO CONTRATO DE TRABALHO.....	246
<b>Capítulo 6. RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO .....</b>	<b>247</b>
1. RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO .....	247
1.1. Generalidades.....	247
1.2. Modalidades de rescisão contratual .....	248
1.2.1. Por ato voluntário imotivado (resilição contratual) .	248
1.2.2. Por ato voluntário motivado (resolução contratual) .	249
1.2.3. Por fato involuntário (rescisão contratual).....	249
1.2.4. Por comum acordo entre as partes (distrato) .....	250
1.3. Verbas rescisórias conforme a modalidade de rescisão contratual.....	250
1.4. Modalidades de rescisão do contrato por prazo determinado .....	252
1.4.1. Verbas rescisórias conforme a modalidade de rescisão contratual nos contratos por prazo determinado .....	252
2. JUSTA CAUSA.....	254
2.1. Generalidades.....	254
2.2. Requisitos para a justa causa .....	254
2.2.1. Requisitos objetivos .....	254
2.2.2. Requisitos subjetivos .....	254
2.2.3. Requisitos circunstanciais .....	255
2.3. Espécies de faltas .....	256



2.3.1. Improbidade .....	256
2.3.2. Incontinência ou mau procedimento.....	256
2.3.3. Negociação habitual.....	257
2.3.4. Condenação criminal do empregado, passada em julgado, ao cumprimento de pena privativa de liberdade, sendo inaplicável a suspensão da execução da pena.....	257
2.3.5. Desídia .....	257
2.3.6. Embriaguez habitual ou em serviço .....	258
2.3.7. Violação de segredo da empresa .....	258
2.3.8. Ato de indisciplina ou insubordinação.....	258
2.3.9. Abandono de emprego .....	258
2.3.10. Ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa ou ocorrência de ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem....	
.....	259
2.3.11. Ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem .....	259
2.3.12. Prática constante de jogos de azar .....	259
2.3.13. Perda da habilitação ou dos requisitos estabelecidos em lei para o exercício da profissão, em decorrência de conduta dolosa do empregado.....	259
2.3.14. Outras hipóteses.....	260
2.3.15. Especificidade com relação ao empregado doméstico .....	260
3. RESCISÃO INDIRETA .....	261
3.1. Generalidades.....	261
3.2. Espécies de faltas .....	261
3.2.1. Exigir do empregado serviços superiores às suas forças, defesos por lei, contrários aos bons costumes, ou alheios ao contrato .....	261
3.2.2. Tratar o empregado com rigor excessivo.....	262
3.2.3. Submeter o empregado a perigo manifesto de mal considerável .....	262
3.2.4. Deixar de cumprir as obrigações do contrato de trabalho .....	262
3.2.5. Praticar contra o empregado ou pessoas de sua família, ato lesivo da honra e boa fama.....	262

3.2.6. Ofender fisicamente o empregado ou pessoas de sua família, salvo em caso de legítima defesa própria ou de outrem .....	263
3.2.7. Reduzir unilateralmente o trabalho do empregado, sendo este por peça ou tarefa, de forma a afetar sensivelmente a sua remuneração.....	263
3.3. Permanência no serviço após o pedido de rescisão indireta ..	263
4. CULPA RECÍPROCA.....	264
5. DISTRATO .....	264
6. DISPENSA ARBITRÁRIA E SEM JUSTA CAUSA .....	265
7. PLANO DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA – PDV .....	265
8. Dispensa coletiva .....	267
9. DISPENSA DISCRIMINATÓRIA .....	268
10. AVISO PRÉVIO .....	269
11. ACERTO RESCISÓRIO .....	271
11.1. Termo de quitação anual.....	272
12. MULTAS RESCISÓRIAS .....	273
13. FGTS.....	275
13.1. Generalidades .....	275
13.2. Recolhimentos e multa.....	276
13.3. Hipóteses de movimentação da conta vinculada.....	277
14. SEGURO-DESEMPREGO.....	280
14.1. Conceito.....	280
14.2. Requerimento .....	280
14.3. Beneficiários.....	281
14.4. Valor do benefício.....	281
14.5. Suspensão e cancelamento.....	282
14.6. Prazos.....	282
14.7. Requisitos .....	282
14.8 Tempo de duração do benefício .....	284
14.9 Seguro-desemprego dos pescadores profissionais (Lei nº 10.779/2003).....	285
14.10. Programa Seguro-Emprego – PSE (Lei nº 13.189/2015) ...	286
15. Tópico-síntese.....	288
<b>Capítulo 7. Remuneração e Equiparação .....</b>	<b>301</b>
1. Salário e remuneração.....	301
1.1. Conceito e distinções.....	301
2. MEIOS DE PAGAMENTO DE SALÁRIO.....	302
2.1. Salário-utilidade ou salário <i>in natura</i> .....	<b>302</b>



8.2. Modalidades de equiparação .....	327
8.3. Requisitos da equiparação salarial por identidade .....	327
8.3.1. Identidade de função .....	327
8.3.2. Identidade de empregador .....	327
8.3.3. Identidade de estabelecimento .....	328
8.3.4. Contemporaneidade no exercício da função .....	328
8.4. Fatos que afastam a equiparação salarial por identidade .....	328
8.4.1. Diferença de perfeição técnica (aspecto qualitativo) .....	328
8.4.2. Diferença de produtividade (aspecto quantitativo) ...	329
8.4.3. Diferença de tempo na função não superior a dois anos e diferença de tempo no emprego não superior a quatro anos .....	329
8.4.4. Existência de quadro de carreira ou plano de cargos e salários .....	329
8.5. Paradigma em readaptação funcional.....	330
8.6. Equiparação em cadeia.....	330
8.7. Equiparação na cessão de empregados.....	331
8.8. Equiparação no serviço público.....	331
9. DESVIO DE FUNÇÃO .....	331
10. ACÚMULO DE FUNÇÃO.....	332
11. Tópico-síntese.....	333
<b>Capítulo 8. DURAÇÃO DO TRABALHO .....</b>	<b>337</b>
1. Duração do trabalho .....	337
2. COMPOSIÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO .....	338
2.1. Tempo efetivamente trabalhado.....	338
2.2. Tempo à disposição .....	338
2.3. Tempo de deslocamento (horas <i>in itinere</i> ).....	342
2.4. Tempo de prontidão .....	344
2.5. Tempo de sobreaviso .....	344
3. LIMITES DA DURAÇÃO DO TRABALHO .....	345
3.1. Exceções .....	345
4. JORNADAS ESPECIAIS .....	347
4.1. Regime Especial 12X36 horas .....	347
4.2. Semana espanhola.....	351
4.3. Jornada 4x4.....	351
4.4. Motorista profissional.....	352
5. TRABALHO EM TEMPO PARCIAL .....	354
6. MODALIDADES DE JORNADA .....	355
6.1. Jornada controlada.....	355
6.2. Jornada não controlada .....	357

7. PRORROGAÇÃO DE JORNADA .....	359
7.1. Sistema de compensação .....	360
7.1.1. Compensação tradicional.....	361
7.1.2. Banco de horas .....	362
7.2. Necessidade imperiosa (art. 61 da CLT) .....	363
7.3. Paralisações empresariais (artigo 61, § 3º da CLT).....	364
8. LIMITAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE HORAS EXTRAS.....	364
9. PAGAMENTO DE HORAS EXTRAS.....	365
10. JORNADA NOTURNA.....	366
11. PERÍODOS DE DESCANSO .....	367
11.1. Intervalos.....	367
11.1.1. Intervalo interjornada .....	368
11.1.2. Intervalo intrajornada .....	369
11.2. Descanso semanal remunerado .....	373
11.3. Feriados .....	375
11.4. Férias .....	376
11.4.1. Duração das férias.....	376
11.4.2. Concessão das férias.....	377
11.4.3. Perda do direito de férias.....	379
11.4.4. Remuneração das férias.....	380
11.4.5. Férias coletivas .....	381
11.4.6. Efeitos da extinção do contrato .....	382
12. Tópico-síntese.....	382
<b>Capítulo9. ESTABILIDADES. PROTEÇÃO AO TRABALHO DO ME- NOR E DA MULHER. SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO .....</b>	<b>387</b>
1. ESTABILIDADE E GARANTIAS PROVISÓRIAS DE EMPREGO.....	387
1.1. Estabilidades.....	387
1.2. Garantias de emprego .....	388
1.2.1. Gestantes.....	388
1.2.2. Acidentados no trabalho .....	390
1.2.3. Deficientes.....	391
1.2.4. Dirigentes sindicais e suplentes.....	391
1.2.5. Empregados diretores de cooperativas .....	392
1.2.6. Cargos de direção e suplentes da CIPA .....	392
1.2.7. Membros da Comissão de Conciliação Prévia.....	393
1.2.8. Membros do Conselho Curador do FGTS e do Conse- lho Nacional de Previdência Social.....	393
1.2.9. Membro da Comissão de Representantes dos Em- pregados.....	393
1.2.10. Membro da Comissão de Fiscalização de cobrança e distribuição de gorjeta.....	394

2. REINTEGRAÇÃO .....	394
3. ATO DISCRIMINATÓRIO.....	394
4. INQUÉRITO PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE .....	395
5. PROTEÇÃO AO TRABALHO DO MENOR.....	397
6. PROTEÇÃO AO TRABALHO DA MULHER .....	398
6.1. Licença-maternidade.....	401
7. SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO.....	402
7.1. CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes. ....	403
7.2. SESMT – Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho.....	404
7.3. Equipamentos de Proteção Individual – EPI’s.....	405
7.4. Atividades insalubres.....	405
7.5. Periculosidade.....	408
7.6. Prevenção da fadiga .....	411
8. ACIDENTE/DOENÇA DO TRABALHO E DOENÇA PROFISSIONAL.....	411
9. TRABALHO ANÁLOGO À CONDIÇÃO DE ESCRAVO .....	413
9.1. Introdução.....	413
9.2. Trabalho Forçado .....	416
9.3. Trabalho degradante .....	417
10. TÓPICO-SÍNTESE .....	418
<b>Capítulo10. LEGISLAÇÃO PROVISÓRIA .....</b>	<b>425</b>
1. Introdução.....	425
2. Medidas Provisórias nº 905/2019 e 955/2020 .....	426
2.1. Principais alterações trazidas pela MP 905/2019.....	427
2.2. ALTERAÇÕES TRAZIDAS COM A REVOGAÇÃO DA MP 905/2019 PELA MP 955/2020: .....	436
3. Medidas provisórias nºs 927, 928 e 946 de 2020 .....	441
4. Medida Provisória nº 936/20 e Lei nº 14.020/20.....	447
5. TÓPICO SÍNTESE .....	460
<b>Capítulo11. DIREITOS COLETIVOS .....</b>	<b>461</b>
1. Generalidades.....	461
2. PRINCÍPIOS .....	461
2.1. Liberdade associativa e sindical .....	461
2.1.1. Liberdade sindical em relação ao indivíduo .....	462
2.1.2. Liberdade sindical em relação ao grupo .....	462
2.1.3. Liberdade sindical em relação ao Estado.....	463
2.2. Princípio da autonomia sindical.....	463

2.3. Princípio da interveniência sindical na normatização coletiva.....	464
2.4. Princípio da equivalência dos contratantes coletivos .....	464
2.5. Princípio da lealdade e transparência nas negociações coletivas.....	464
2.6. Princípio da criatividade jurídica da negociação coletiva .....	465
2.7. Princípio da adequação setorial negociada .....	465
2.8. Princípio da intervenção mínima na autonomia da vontade coletiva .....	466
3. ESTRUTURA SINDICAL BRASILEIRA .....	468
3.1. Sindicato .....	469
3.2. Federações .....	469
3.3. Confederações .....	469
3.4. Centrais sindicais .....	469
3.5. Representação dos empregados na empresa.....	470
4. SINDICATO.....	473
4.1. Sistema sindical .....	473
4.1.1. Pluralidade sindical.....	474
4.1.2. Unicidade sindical (sistema monista) .....	474
4.2. Base territorial .....	474
4.3. Registro do sindicato.....	474
4.4. Representação por categoria .....	475
4.5. Estrutura interna do sindicato .....	476
4.6. Funções do sindicato .....	476
5. SISTEMA DE CUSTEIO SINDICAL.....	477
5.1. Contribuição sindical.....	477
5.2. Contribuição confederativa .....	478
5.3. Contribuição assistencial.....	478
5.4. Mensalidade .....	479
6. FORMA DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS COLETIVOS .....	479
6.1. Autodefesa.....	480
6.1.1. Greve.....	480
6.1.2. Características .....	481
6.1.3. Possibilidade de contratação de trabalhadores .....	481
6.1.4. Formalidades.....	482
6.1.5. Greve no serviço público.....	483
6.1.6. “Lockout”.....	483

6.2. Autocomposição .....	483
6.2.1. Mediação .....	484
6.2.2. Negociação coletiva .....	484
6.3. Heterocomposição .....	485
6.3.1. Arbitragem .....	486
6.3.2. Jurisdição .....	486
6.3.2.1. Poder normativo da Justiça do Trabalho .....	487
6.3.2.2. Dissídio coletivo .....	488
7. INSTRUMENTOS NORMATIVOS – ACORDOS E CONVENÇÕES COLE- TIVAS .....	489
7.1. Conceito e natureza jurídica .....	489
7.2. Aplicação .....	490
7.3. Formalidades .....	490
7.4. Vigência .....	490
7.5. Prorrogação, revisão, denúncia e revogação .....	492
7.6. Conflito de normas .....	493
8. LIMITES DA NEGOCIAÇÃO COLETIVA DE TRABALHO .....	493
8.1. Prevalência do negociado sobre o legislado .....	493
8.2. Direitos trabalhistas que podem ser negociados .....	495
8.3. Direitos trabalhistas que não podem ser negociados .....	498
9. TÓPICO-SÍNTESE .....	502
<b>Referências Bibliográficas .....</b>	<b>505</b>